

ANC p3

11 OUT 1988

Regimento vai atropelar a regulamentação

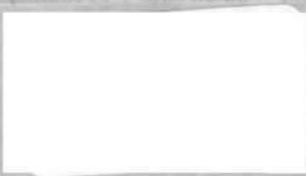
O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, deve convocar ainda esta semana uma comissão interpartidária para se dedicar exclusivamente à elaboração do novo Regimento Interno da Casa. Esta tarefa é considerada prioritária pela liderança do PMDB, pois só com normas regimentais reformuladas será possível decidir sobre matérias temáticas, como os projetos de lei que regulamentarão os dispositivos constitucionais que não são auto-aplicáveis. Hoje, no entanto, o deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB, pretende defender na sessão da Câmara sua proposta de definição do crime de usura, e a respectiva penalidade, aplicável às cobranças de juros acima de 12 por cento ao ano.

O deputado Nelson Jobim (PMDB/RS) sabe que já existem várias propostas ao novo Regimento, distribuídas pelos diversos partidos com assento na Câmara. O que é preciso é reunir as proposições através do trabalho de uma comissão destinada a esta finalidade. "Com o Regimento pronto, conseguiremos viabilizar a votação de qualquer projeto de lei, começando pelos que regulamentarão os dispositivos constitucionais", esclareceu. O líder petemedebista, deputado Ibsen Pinheiro (RS), já acha que sem Regimento novo não será possível à Casa apreciar matérias temáticas, pois toda a tramitação de projetos depende da reestruturação das comissões

permanentes, órgãos que terão poder terminal segundo a Constituição.

A tarefa de elaboração de um novo Regimento, e urgente, na avaliação de Jobim, tendo em vista que o Executivo já começa a elaborar projetos de lei visando a regulamentação de vários dispositivos. Ele próprio coordena uma comissão da bancada convocada por Ibsen para uma discussão preliminar sobre as mudanças regimentais. Acha no entanto que o partido não deve se preocupar em apresentar um projeto de Regimento, e sim estabelecer parâmetros que sirvam de base à estruturação das normas regimentais. O PMDB defende um Regimento ágil, que seja "servidor" do processo legislativo, não impedindo seu andamento com mecanismos intrincados.

O PMDB também já tem propostas a apresentar para o novo Regimento, principalmente em relação à reestruturação das comissões permanentes. Assim como Jobim, Righi acredita que a função destes órgãos, a nível constitucional, foi a decisão mais importante tomada sobre o processo legislativo. Ele defende a ampliação do número de comissões, e acha que o maior problema será definir a representatividade partidária na constituição dos órgãos. Os petebistas vão propor, neste sentido, que as pequenas bancadas se unam em um bloco parlamentar para ganharem representação nas comissões.



ANC V

Jobim dá cronograma para votar

O deputado Nelson Jobim, ao se despedir da liderança do PMDB na Constituinte, propôs ao líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, um entendimento entre as lideranças partidárias para que seja possível estabelecer prioridades e um cronograma de votação de leis complementares e ordinárias ao novo texto constitucional.

Jobim elaborou um documento no qual se despede da liderança do PMDB na Constituinte e relaciona artigos e uma remissão do que reclama lei complementar e lei ordinária no novo texto constitucional. Ele enviou esse documento ao líder da Bancada do PMDB na Câmara, encarecendo a este um acordo de liderança para viabilizar o início de um esforço para complementar o texto constitucional.

PRIORIDADES

A partir da elaboração de um estudo prevendo quais os pontos que merecem prioridade, o deputado Nelson Jobim considera possível a preparação de um cronograma prevendo votações para leis complementares ou ordinárias consideradas mais urgentes, através de um acordo entre as lideranças de bancadas.

O deputado gaúcho lembra que o País terá eleições municipais este ano, presidencial em 1989, geral (para Câmara, Senado, Assembleias e governos estaduais) em 1990. Serão três anos de eleições. Assim mesmo, ele julga possível estabelecer um cronograma de votações para complementar o que é mais urgente no texto constitucional, promovendo-se esforços concentrados em datas previamente acordadas. O líder Ibsen Pinheiro concordou com a argumentação de Nelson Jobim.

O líder da bancada do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, ficou de conversar a esse respeito com Ulysses Guimarães, para só então procurar as demais lideranças de bancadas a fim de propor esse entendimento, tendo em vista a absoluta necessidade de votar certas leis complementares e ordinárias ainda este ano.

Jobim acredita que alguns pontos serão objeto de grande pressão de setores sociais, mas outros, embora importantes, não merecerão a mesma atenção e interesse da sociedade. Seria o caso, por exemplo, de o Congresso votar um novo Código Tributário, a respeito de cuja urgência ninguém tem dúvida, mas pelo qual o povo não teria o mesmo interesse do Estado.

Congresso prioriza direitos e juros

EUGÊNIO NOVAES

Os direitos trabalhistas e o dispositivo constitucional que fixa os juros no limite de 12% ao ano deverão ser regulamentados com prioridade pelo Congresso Nacional. O deputado José Lins (PFL-CE), coordenador da comissão parlamentar que está analisando sugestões para os novos regimentos e coordenando os trabalhos de regulamentação da Carta, acredita que a demanda de processos será grande nestes dois setores e precisam ser definidos em forma de lei rapidamente.

José Lins cita também temas como o habeas data e o mandado de injunção, novos dispositivos que o cidadão tem para garantir os seus direitos, na lista das prioridades de regulamentação. Mas, garante o deputado, até agora ainda não foram apresentados projetos neste sentido.

Apenas um projeto do senador Severo Gomes foi entregue até agora mas, para José Lins, é inócuo. O senador quer impugnar os decretos assinados pelo presidente Sarney pouco antes da promulgação da Constituição. O deputado acha que os decretos atendem às determinações do novo texto e não carecem de impugnação.

A comissão reúne-se hoje pela segunda vez. Os onze parlamentares vão analisar e distribuir



José Lins

as sugestões já existentes no caminho da elaboração do regimento da Câmara e do regimento comum. Vão discutir, também, prioridades para a votação dos projetos de regulamentação.

José Lins acredita que esta semana começarão a chegar os projetos de regulamentação. Um deles será apresentado pelo Executivo, e visa disciplinar a aplicação do tabelamento dos juros.